



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª. REGIÃO
Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica - CGEST

Relatório de Desempenho do Planejamento Estratégico - 2017



Sumário

1 – Apresentação	3
2 – Desempenho dos objetivos estratégicos	4
3 – Desempenho dos indicadores estratégicos	6
4 – Desempenho dos projetos	18
5 – Considerações Finais	21

1 – Apresentação

Este Relatório apresenta os resultados alcançados pelo Planejamento Estratégico do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª. Região no ano de 2017.

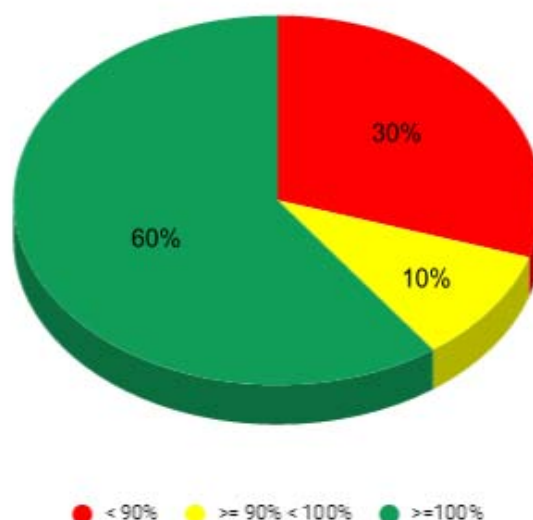
O diagnóstico dos dados é feito por meio do acompanhamento periódico da evolução dos objetivos estratégicos, indicadores e suas respectivas metas estratégicas, bem como a verificação da situação dos projetos estratégicos. O Planejamento Estratégico é constituído por 10 objetivos estratégicos e 22 indicadores e, para cada indicador, foram fixadas metas – que representam quantitativamente os níveis esperados de desempenho ao longo do período – sendo atribuída uma para cada um dos seis anos de vigência do Plano Estratégico.

Os números aqui registrados foram fornecidos pelos gestores das unidades responsáveis por cada indicador e traduzem o esforço conjunto de magistrados e servidores, na condução da estratégia do Tribunal, a fim de oferecer aos jurisdicionados serviços com mais eficiência e celeridade, atendendo a nossa missão institucional.

2 – Desempenho dos objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos representam as iniciativas a serem adotadas pela organização para aproximar-se do enunciado constante na sua visão de futuro. No nosso Mapa Estratégico constam 10 objetivos estratégicos. O desempenho dos objetivos estratégicos foi aferido a partir da média de execução dos indicadores a eles relacionados. Os faróis e as faixas de desempenho do gráfico abaixo seguem o padrão adotado pelo Sistema de Gestão Estratégica do Poder Judiciário – SIGEST (instituído pela Resolução CSJT nº. 122/2013).

Desempenho dos objetivos estratégicos em 2017



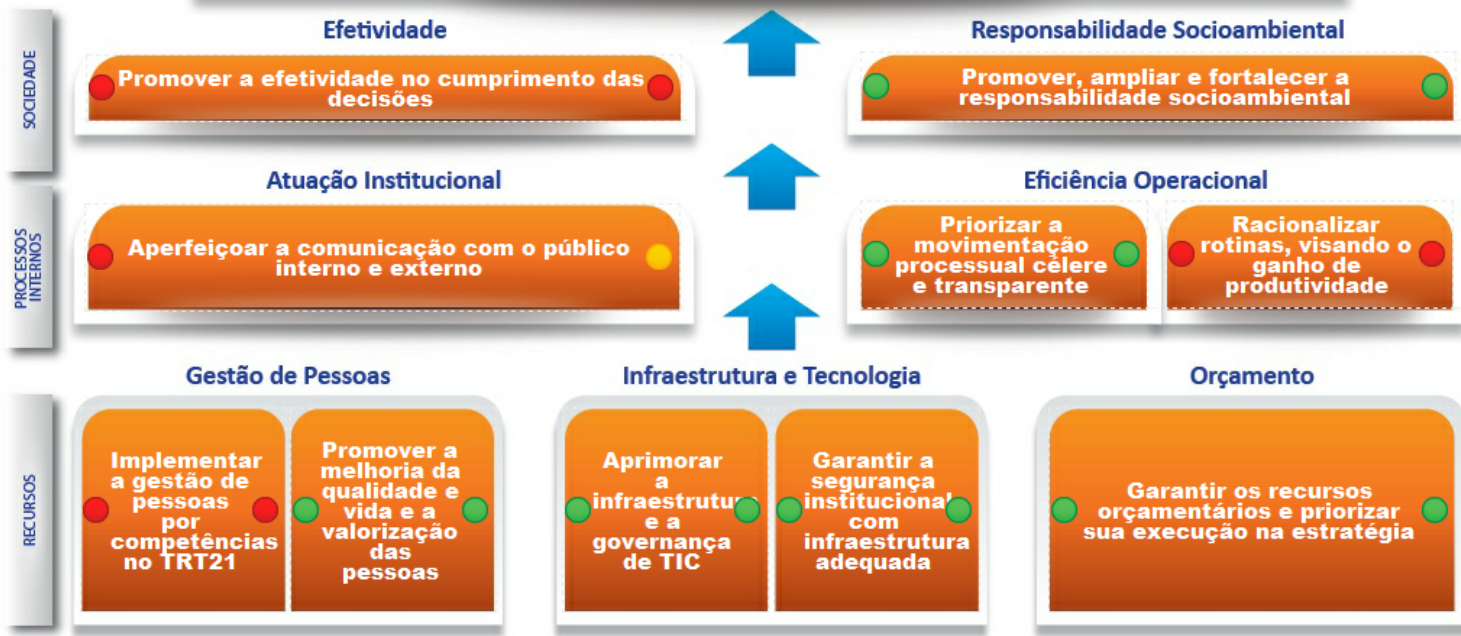
- **60%** dos objetivos estratégicos tiveram grau de execução **maior ou igual a 100%** em 2017.
 Promover, ampliar e fortalecer a responsabilidade socioambiental;
 Priorizar a movimentação processual célere e transparente;
 Promover a melhoria da qualidade de vida e a valorização das pessoas;
 Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC;
 Garantir a segurança institucional com infraestrutura adequada;
 Garantir os recursos orçamentários e priorizar sua execução na estratégia.
- **10%** dos objetivos estratégicos apresentaram grau de execução **maior ou igual a 90% e menor que 100%** em **2017**.
 Aperfeiçoar a comunicação com o público interno e externo;
- **30%** dos objetivos estratégicos obtiveram percentuais de execução **menor que 90%**.
 Promover a efetividade no cumprimento das decisões;
 Racionalizar rotinas, visando o ganho de produtividade;
 Implementar a gestão de pessoas por competência em toda a instituição.

O mapa estratégico do TRT21, apresentado na página seguinte, ilustra o grau de cumprimento dos objetivos estratégicos para o ano de 2017.

<p>MISSÃO</p> <p>Promover justiça, no âmbito das relações de trabalho, com celeridade, eficiência e efetividade, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.</p>	<p>VISÃO DE FUTURO</p> <p>Ser reconhecido como um Tribunal que prima pela efetividade na prestação jurisdicional e na gestão dos meios utilizados, com a valorização das pessoas.</p>
---	--

VALORES

Acessibilidade – Celeridade – Efetividade – Ética – Impessoalidade – Inovação - Justiça – Qualidade
Responsabilidade socioambiental – Solidariedade – Transparência – Valorização das pessoas

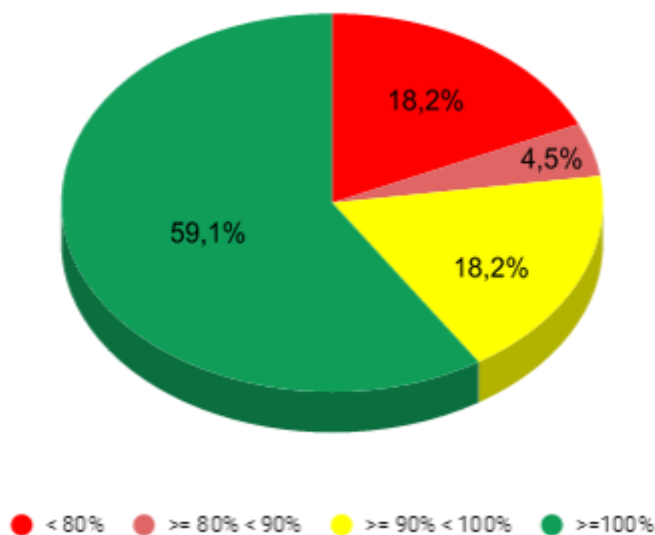


Resultado: ● Meta alcançada ● Alerta ● Meta não alcançada ● Atenção ● Valor desatualizado

3 – Desempenho dos indicadores estratégicos

O desempenho dos indicadores estratégicos é aferido de acordo com as fórmulas descritas no Planejamento Estratégico. Os faróis e as faixas de desempenho do gráfico abaixo seguem o padrão adotado pelo Sistema de Gestão Estratégica do Poder Judiciário – SIGEST (instituído pela Resolução CSJT nº. 122/2013).

Desempenho dos indicadores estratégicos em 2017



Os dados ilustrados no gráfico acima nos permitem observar que:

- **59,1%** dos 22 indicadores estratégicos apresentaram resultados **iguais ou superiores a 100%** das metas estabelecidas para o ano de 2017;
- **18,2%** dos indicadores apresentaram resultados **maiores ou iguais a 90% e menores que 100%** das metas para 2017;
- **4,5%** dos indicadores apresentaram resultados **maiores ou iguais a 80% e menores que 90%** das metas para 2017;
- **18,2%** dos indicadores atingiram resultados **abaixo de 80%** da meta prevista para 2017

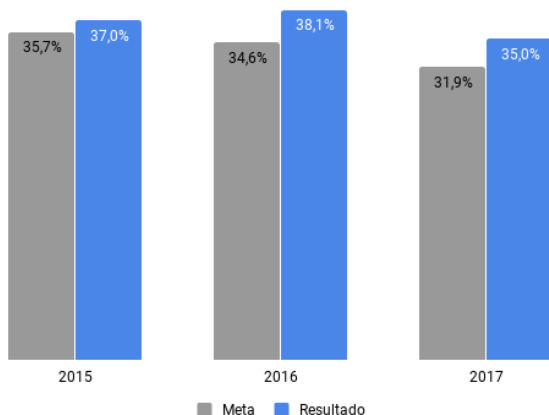
Tema: Efetividade

Objetivo: Promover a efetividade no cumprimento das decisões (84,2%)

Este objetivo visa promover ações que otimizem a efetividade das decisões, diminuindo a taxa de congestionamento e melhorando a utilidade e satisfação da sentença trabalhista. Os indicadores 1, 2 e 3 compõem este objetivo.

INDICADOR 01 – Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento no 1º grau ↓

Meta: Reduzir em até 40% a taxa de congestionamento na fase de conhecimento do 1º grau
Linha de base (2014): 39,8%

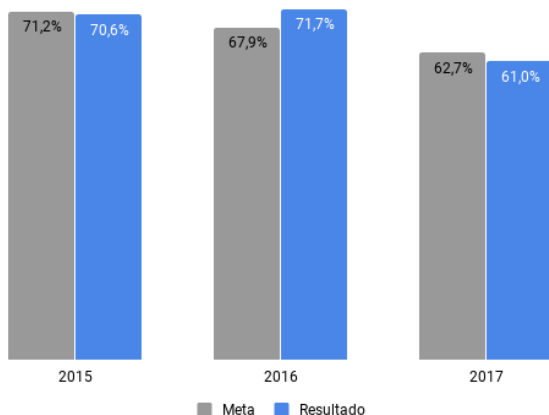


Este indicador mede a taxa de congestionamento de processos de 1º grau na fase de conhecimento, por meio da razão entre o total de casos pendentes na fase de conhecimento e a soma do total de processos baixados com os casos pendentes.

De acordo com informações do sistema **Justiça em Números**, em 2017 a Justiça do Trabalho do Rio Grande do Norte conseguiu baixar **32.469** processos. Considerando o quantitativo de **17.453** processos pendentes de baixa em 31/12/2017, esses dados resultam em uma taxa de congestionamento na fase de conhecimento de 35%. Com este resultado, não possível cumprir a meta de 2017 que era de 31,9%.

INDICADOR 02 – Taxa de congestionamento na fase de execução (1º grau) ↓

Meta: Reduzir em até 40% a taxa de congestionamento na fase de execução do 1º grau até 2020.
Linha de base (2014): 78,3%



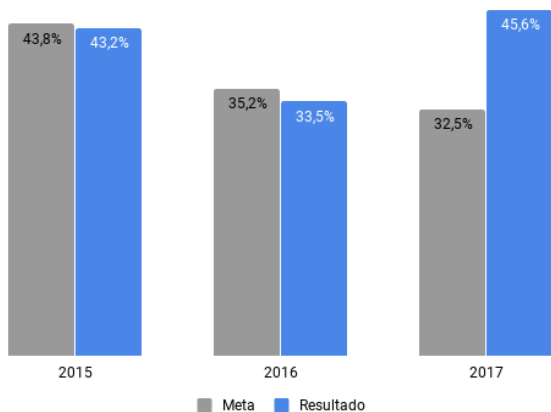
Este indicador mede a taxa de congestionamento de processos de 1º grau na fase de execução, levando em conta a relação entre o total de casos pendentes de baixa na fase de execução e a soma do total de processos baixados com os casos pendentes.

Os dados para alimentação deste indicador são obtidos pelo Setor de Estatística junto ao sistema e-Gestão. De janeiro a dezembro, o TRT 21 registrou 26.333 processos de execução baixados e um quantitativo de 41.213 casos pendentes de baixa em 31/12/2017. Com isso, taxa de congestionamento na fase de execução em 2017 foi de 61%, o que significa o cumprimento da meta.

INDICADOR 03 – Taxa de congestionamento no 2º grau ↓

Meta: Reduzir em até 40% a taxa de congestionamento no 2º Grau

Linha de base (2014): 40,7%



Este indicador mede a taxa de congestionamento de processos de conhecimento no 2º grau, por meio da razão entre o total de processos judiciais pendentes de baixa em 31/12/2017 e a soma total de processos baixados com os casos pendentes.

De acordo com o sistema e-Gestão, o TRT 21 registrou 7.632 processos pendentes de baixa no 2º Grau em 31/12/2017 e um total de 9.111 processos baixados.

Esses números representam uma taxa de congestionamento de 45,6%, evidenciando o não cumprimento da meta deste indicador em 2017.

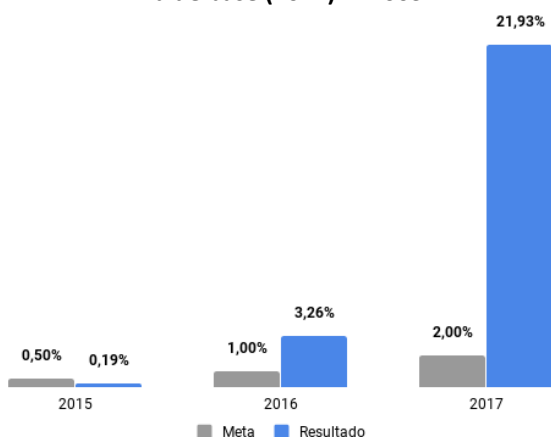
Tema: Responsabilidade Socioambiental

Objetivo: Promover, ampliar e fortalecer a responsabilidade socioambiental (129,3%)

Este objetivo visa aprimorar a cultura de responsabilidade socioambiental por meio de campanhas e ações de sensibilização, objetivando a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar social e é medido através dos indicadores 4, 5 e 6.

INDICADOR 4 – Redução do consumo de água ↑

Meta: Reduzir em 5% o consumo de água até 2020
Linha de base (2014): 21.003m³



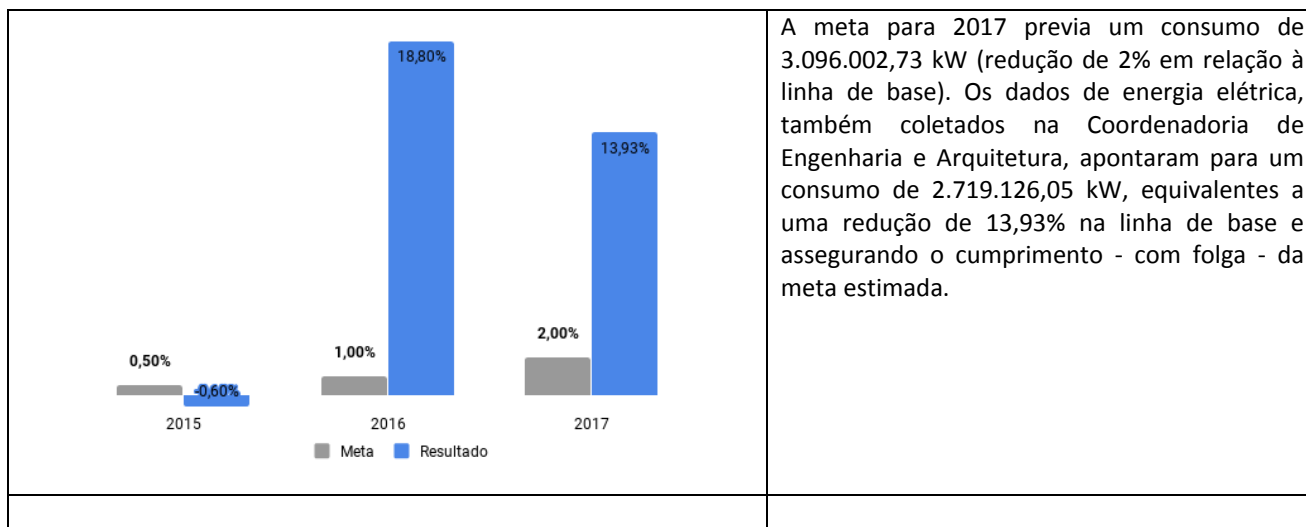
Este indicador mede a variação da quantidade de água consumida no ano corrente em relação ao ano de referência da linha de base (2014) em todas as unidades do TRT21.

Informações coletadas junto à Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura demonstram um consumo de 16.398 m³ em 2017. Isto representa uma redução de 21,93% em relação à linha de base, e, conseqüentemente, o pleno cumprimento da meta.

INDICADOR 5 – Redução do consumo de energia ↑

Meta: Reduzir em 5% o consumo de energia até 2020
Linha de base (2014): 3.159.186,46kW

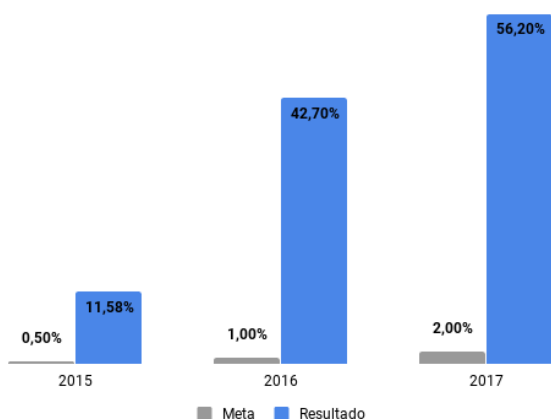
Este indicador mede a variação da quantidade de energia elétrica consumida no ano corrente em relação ao ano de referência da linha de base (2014) em todas as unidades do TRT21.



A meta para 2017 previa um consumo de 3.096.002,73 kW (redução de 2% em relação à linha de base). Os dados de energia elétrica, também coletados na Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, apontaram para um consumo de 2.719.126,05 kW, equivalentes a uma redução de 13,93% na linha de base e assegurando o cumprimento - com folga - da meta estimada.

INDICADOR 6 – Redução do consumo de papel ↑

Meta: Reduzir em 5% o consumo de papel até 2020.
Linha de base (2014): 5.829 resmas



Este indicador mede a variação da quantidade de resmas de papel per capita utilizadas no período analisado em relação ao período anterior.

De acordo com os dados fornecidos pela Coordenadoria de Logística e Patrimônio, em 2017 foram consumidas 2.553 resmas, o que significa uma redução de 56,20% no consumo de papel em relação à linha de base (5.829 resmas em 2014), resultado este bem superior à meta prevista para o período.

Tema: Atuação Institucional

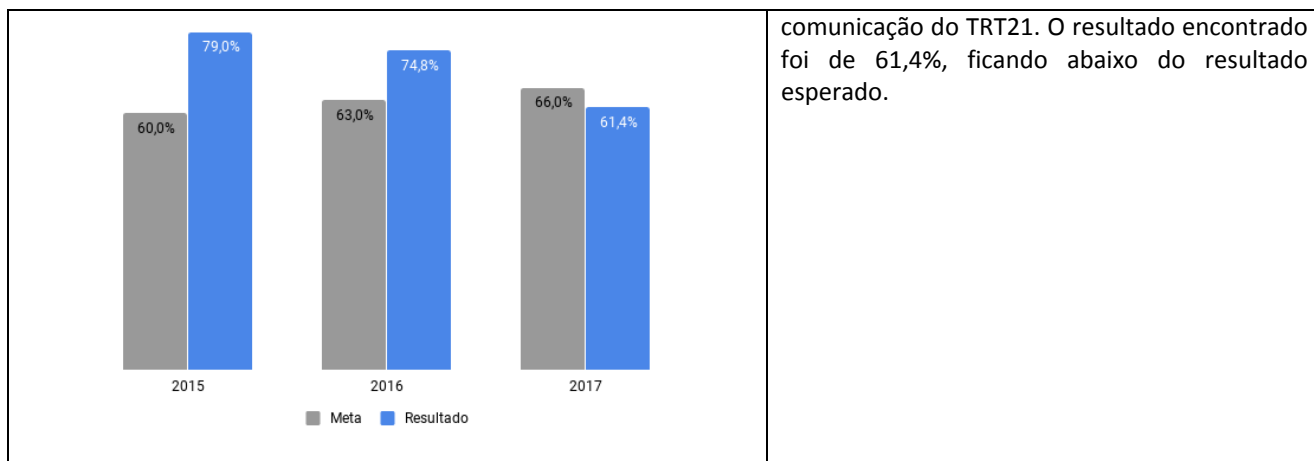
Objetivo: Aperfeiçoar a comunicação com o público interno e externo (91,4%)

Este objetivo visa promover uma comunicação efetiva, voltada a atender magistrados, servidores e público externo a respeito das ações institucionais, valores e visão do TRT21 e é medido pelos indicadores 7 e 8.

INDICADOR 7 – Índice de satisfação do público interno com a comunicação ↑

Meta: Atingir o índice de 75% de satisfação dos servidores e magistrados com a comunicação até 2020

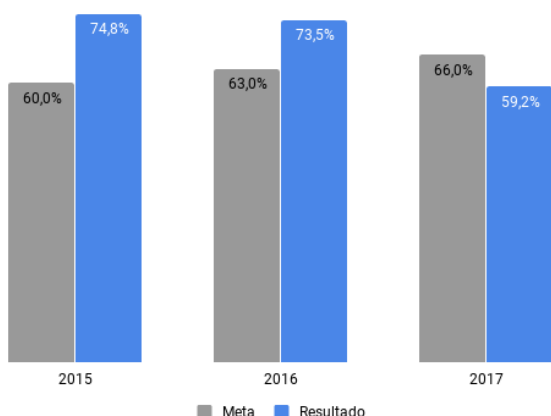
Mede o grau de satisfação dos servidores com a comunicação do TRT21, por meio de questões inseridas na Pesquisa de Clima Organizacional. A meta prevista era atingir um índice de 66% de satisfação de magistrados e servidores com a



comunicação do TRT21. O resultado encontrado foi de 61,4%, ficando abaixo do resultado esperado.

INDICADOR 8 – Índice de satisfação do usuário externo com a comunicação ↑

Meta: Atingir o índice de 75% de satisfação dos usuários externos com a comunicação até 2020



Mede o grau de satisfação do usuário externo com a comunicação do TRT1, por meio de questões inseridas na Pesquisa de Satisfação do Usuário Externo.

Este indicador, tal como o indicador anterior, também ficou abaixo da meta prevista de 66%. Foi observado um grau de satisfação de 59,2% de satisfação dos usuários externos com a comunicação do TRT 21 em 2017.

Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Priorizar a movimentação processual célere e transparente (105,2%)

Trata-se de garantir que as atividades sejam executadas com celeridade e transparência, com segurança jurídica e procedimental. Os indicadores 9, 10 e 11 são utilizados para medi-lo.

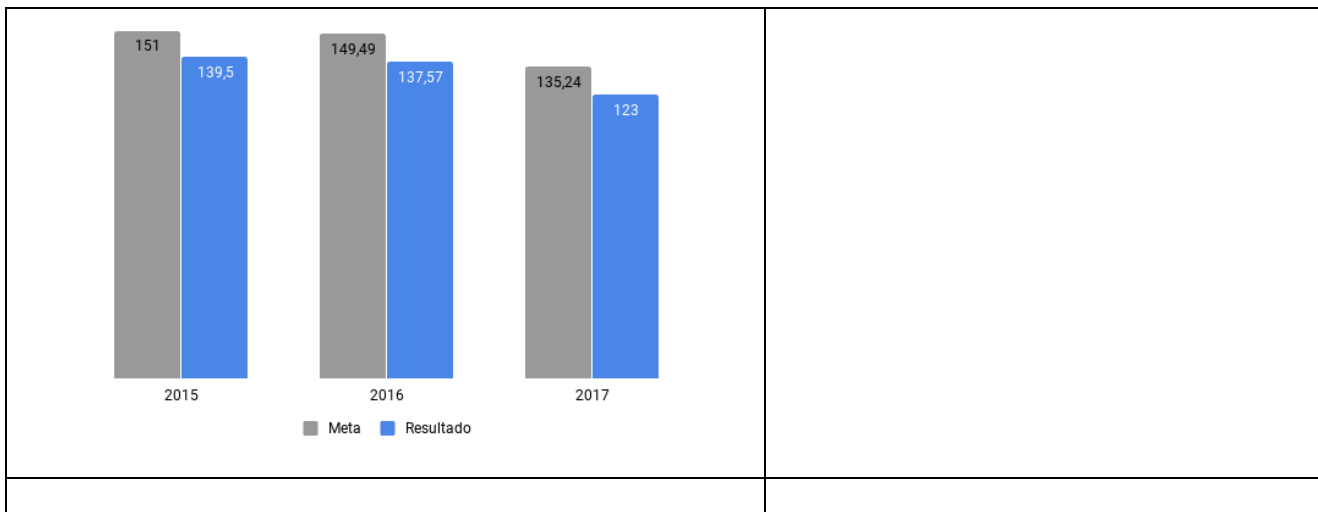
INDICADOR 09 – TMDP1c - Tempo Médio de Duração do Processo - fase de conhecimento - 1ª instância ↓

Meta: Reduzir o prazo médio de duração do processo em 5% até 2020

Linha de base (2016): 138 dias

Este indicador é medido pelo somatório dos dias decorridos entre a data do ajuizamento e a data da prolação da sentença de todos os processos com prolação de sentença no 1º grau, dividido pelo número de processos com prolação de sentença no 1º grau.

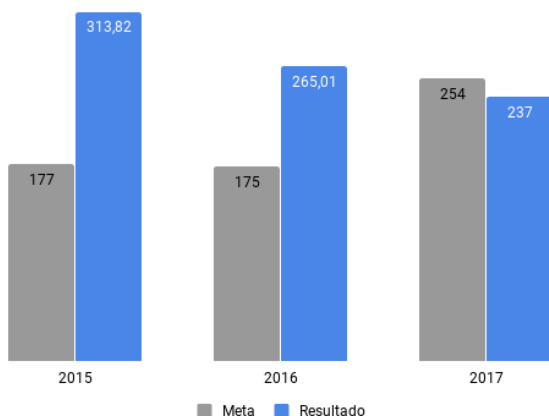
A meta para 2017 previa reduzir para 135,24 dias o TMDP1c. Os dados encontrados, extraídos do sistema e-Gestão, apresentaram um resultado satisfatório de 123 dias, garantindo o cumprimento da meta.



INDICADOR 10 – TMDP2 - Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª instância ↓

Meta: Reduzir o prazo médio de duração do processo em 5% até 2020

Linha de base (2016): 265 dias



Este indicador é medido pelo somatório dos dias decorridos entre a data da autuação e a data da baixa de todos os processos baixados no 2º grau, dividido pelo número total de processos baixados no 2º grau.

A meta para 2017 previa reduzir para 254 dias o TMDP2. Os dados encontrados, extraídos do sistema e-Gestão, apresentaram um resultado satisfatório de 237 dias, garantindo o cumprimento da meta.

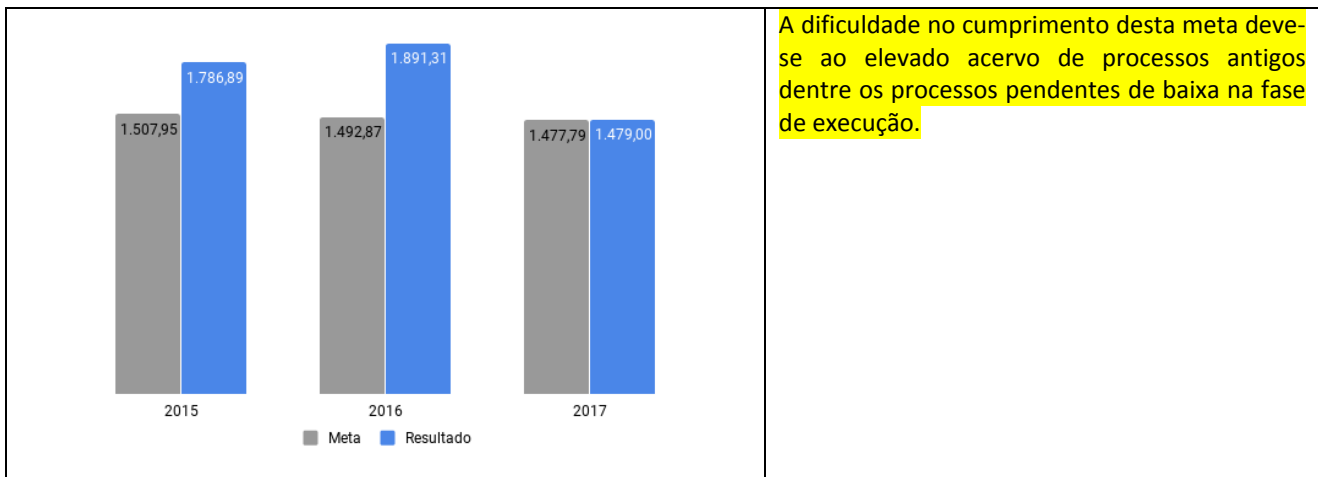
INDICADOR 11 – TMDPe - Tempo Médio de Duração do Processo - fase de execução ↓

Meta: Reduzir o prazo médio de duração do processo em 5% até 2020

Linha de base (2014): 1.507,9 dias

Este indicador é medido pelo somatório dias decorridos entre a data do início da execução e a data da baixa de todos os processos baixados na fase de execução no ano de 2017, dividido pelo número total de processos baixados na fase de execução.

A meta prevista era atingir 1477,79 dias o TMDPe. O resultado encontrado foi de 1479 dias, ficando bem próximo do resultado esperado.



A dificuldade no cumprimento desta meta deve-se ao elevado acervo de processos antigos dentre os processos pendentes de baixa na fase de execução.

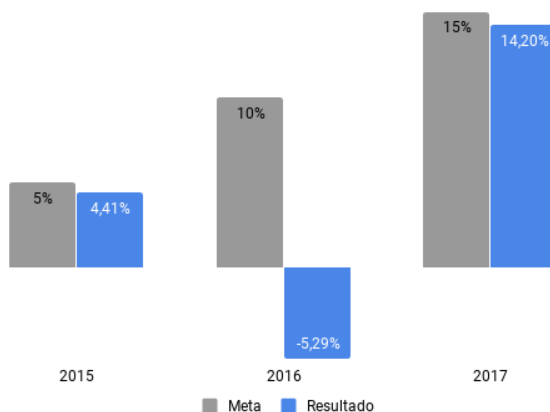
Tema: Eficiência Operacional

Objetivo: Racionalizar rotinas, visando ao ganho de produtividade (77,0%)

Este objetivo visa desenvolver ações de melhoria contínua para assegurar uma prestação jurisdicional rápida e de qualidade, simplificando, agilizando e racionalizando as rotinas, mediante o aprimoramento e a inovação. Para medi-lo, são utilizados os indicadores 12, 13 e 14.

INDICADOR 12 – Índice de processos baixados por magistrado (1º Grau) ↑

Meta: Aumentar em pelo menos 30% o índice de processos baixados por magistrado (1º grau) até 2020
Linha de base (2014): 1.144,7 processos baixados por magistrado (1º grau)



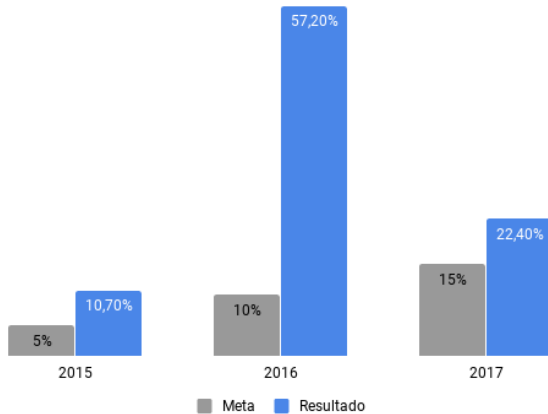
Este indicador é expresso pelo somatório do número de processos baixados na fase de conhecimento e o número de processos baixados na fase de execução, dividido pelo número total de magistrados providos no 1º Grau.

A meta para 2017 era aumentar em 15% (ou 1.316,41) o número de processos baixados por magistrado em relação à linha de base (1.144,7). No entanto, em 2017, o resultado foi de 1.306,71 processos baixados por magistrados no 1º grau, o que representa o não cumprimento da meta, pois houve uma variação de 14,2%.

INDICADOR 13 – Índice de processos baixados por magistrado (2º Grau) ↑

Meta: Aumentar em pelo menos 30% o índice de processos baixados por magistrado (2º grau)

Linha de base (2014): 930,7 processos baixados

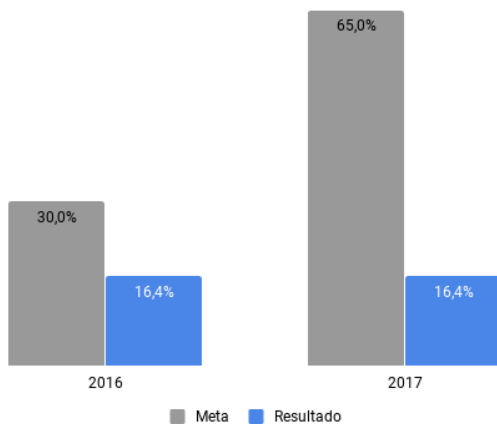


Este indicador é expresso pelo número de processos baixados no 2º grau, dividido pelo número de magistrados providos no 2º Grau.

Em 2017, o resultado foi 1.138,88 processos baixados por magistrado que corresponde a um aumento de 22,4% em relação à linha de base que era de 930,75 em 2014, portanto foi possível atingir a meta estabelecida de 15%.

INDICADOR 14 – Índice de processos mapeados nos setores de apoio administrativo ↑

Meta: Atingir 100% dos processos mapeados até 2018*



*Indicador incluído na 1ª RAE de 2016

Este indicador mede o número de processos nos setores de apoio administrativo, cujos processos foram mapeados no ano de referência em relação ao total de processos dos setores de apoio administrativo do TRT21.

Em 2017, permanece o mesmo percentual de processos mapeados nos setores administrativos de 2016, mantendo o resultado de 16,4%. Portanto, não foi possível cumprir a meta prevista de 65%.

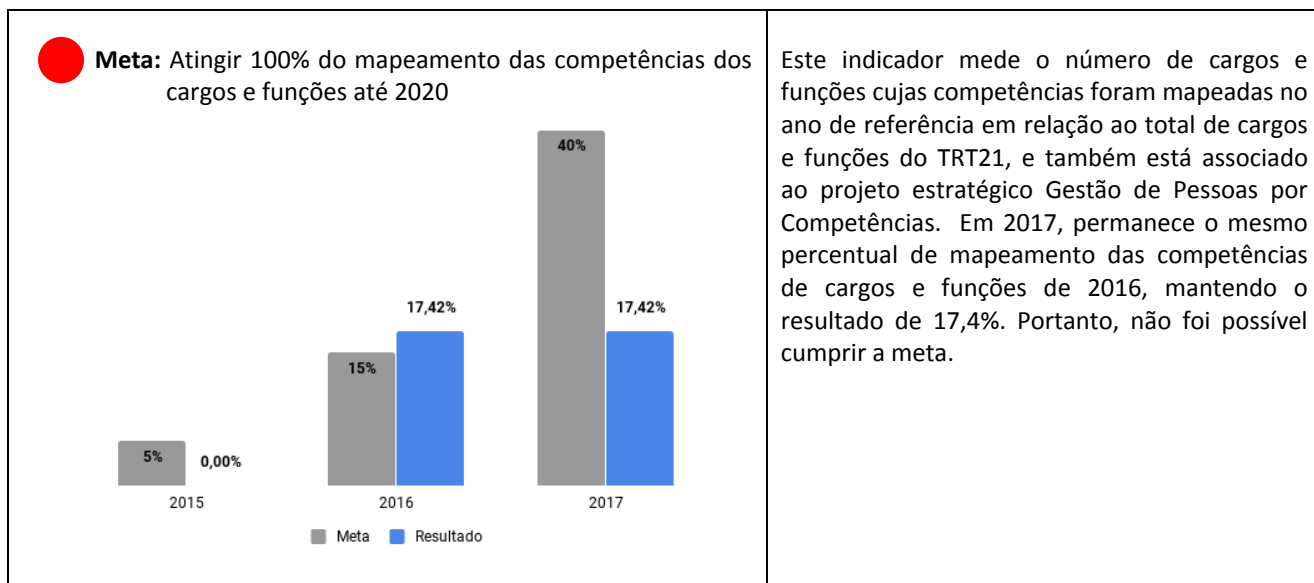
Tema: Gestão de Pessoas

Objetivo: Implementar a gestão de pessoas por competências no TRT21 (21,8%)

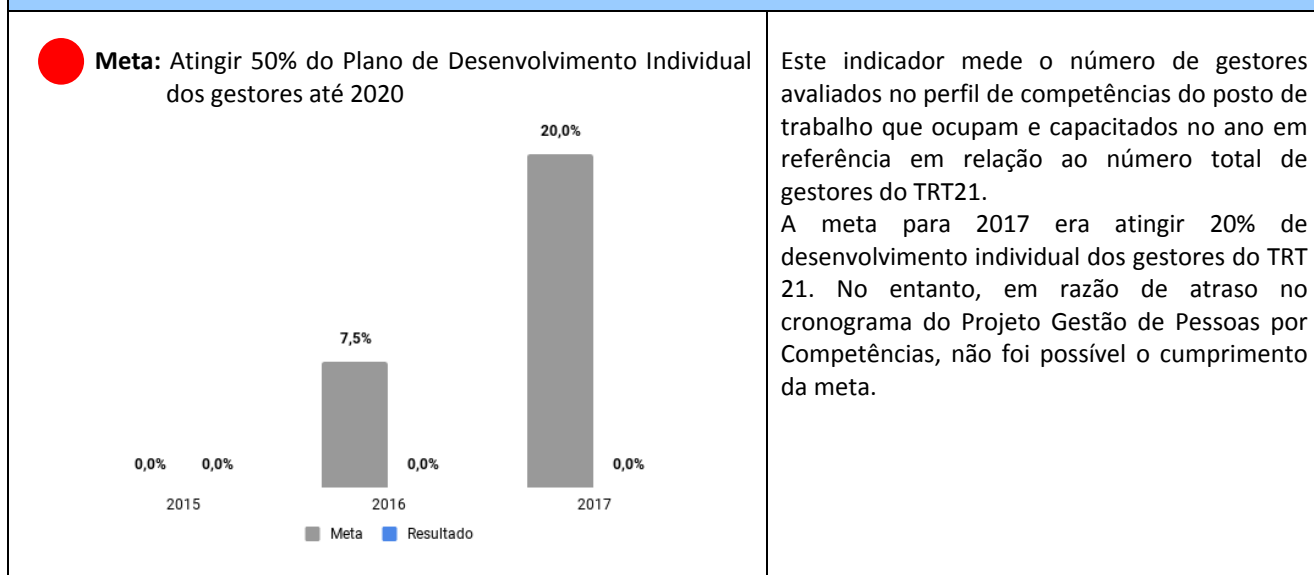
Visa identificar os perfis individuais, de modo a desenvolver as competências para valorizar as ações proativas e minimizar as atitudes reativas com foco no desenvolvimento humano e na excelência.

Compõem este objetivo os indicadores 15 e 16.

INDICADOR 15 – Índice de mapeamento das competências de cargos e funções ↑



INDICADOR 16 – Índice de desenvolvimento individual dos gestores do TRT21 ↑



Tema: Gestão de Pessoas

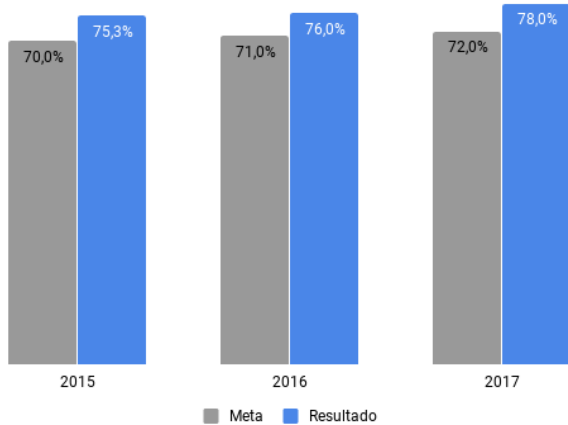
Objetivo: Promover a melhoria qualidade de vida e a valorização das pessoas (112,0%)

Visa estabelecer práticas na gestão de pessoas, objetivando potencializar o capital humano, por meio de programas e ações relacionados à qualidade de vida, à valorização das pessoas, à humanização nas relações de trabalho e à melhoria das condições de trabalho. Este objetivo é medido pelos indicadores 17, 18 e 19.

INDICADOR 17 – Índice de clima organizacional ↑

Meta: Aumentar para 75% o índice do clima organizacional até 2020

Linha de base (2014): 69,2%

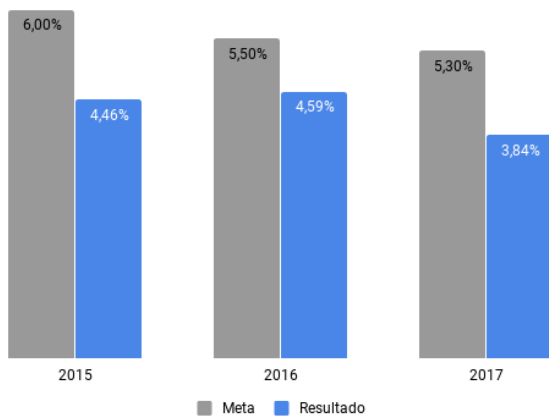


Este indicador avalia o grau de satisfação dos servidores com o clima organizacional do TRT21. O resultado é obtido a partir da relação entre o número de avaliações positivas e o total de avaliações na pesquisa de clima organizacional. Em 2017, foi realizada a pesquisa de clima organizacional dos servidores do TRT21 e o resultado encontrado foi um índice de satisfação de 78%, significando o cumprimento da meta.

INDICADOR 18 – Índice de absenteísmo ↓

Meta: Reduzir para 4,5% o índice de absenteísmo até 2020

Linha de base (2014): 6,6%



Este indicador é medido pela relação entre as ausências de magistrados e servidores no período e a jornada normal de trabalho. De acordo com informações prestadas pela Setor de Assistência Médico-Odontológica, o índice de absenteísmo em 2017 foi de 3,84%. Este resultado representa o cumprimento da meta para 2017 - que era reduzir para 5,3% esse índice.

INDICADOR 19 – IGovPessoas ↑

Meta: Atingir a faixa "aprimorado", até 2020, na avaliação do iGovPessoas

Este indicador expressa o percentual alcançado pelos componentes do modelo de avaliação do índice iGovPessoas, calculado pelo TCU, e é medido a cada dois anos com o intuito de avaliar a situação atual e a evolução da governança e da gestão de pessoas. Em 2017, o TRT 21 atingiu a meta que era de continuar no nível inicial com um resultado 36,71 pontos.



Tema: Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo: Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC (124%)

Uso racional dos instrumentos de TIC alinhado às políticas definidas pelo CNJ e CSJT, visando a garantir confiabilidade, integridade das informações, serviços e sistemas essenciais da Justiça do Trabalho por meio do incremento dos mecanismos tecnológicos, controle efetivo dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos. O indicador 20 é utilizador para medir este objetivo.

INDICADOR 20 – iGovTI ↑

Meta: Atingir a faixa "aprimorado", até 2020, na avaliação do iGov/TCU

Índice para medir qualitativa e quantitativa a governança de TI, abrangendo as dimensões: liderança; estratégias e planos; informação e conhecimento; pessoas; processos; resultados. O iGovTI é medido a cada dois anos. A meta para 2017 foi cumprida, uma vez que estava prevista manter o nível intermediário.

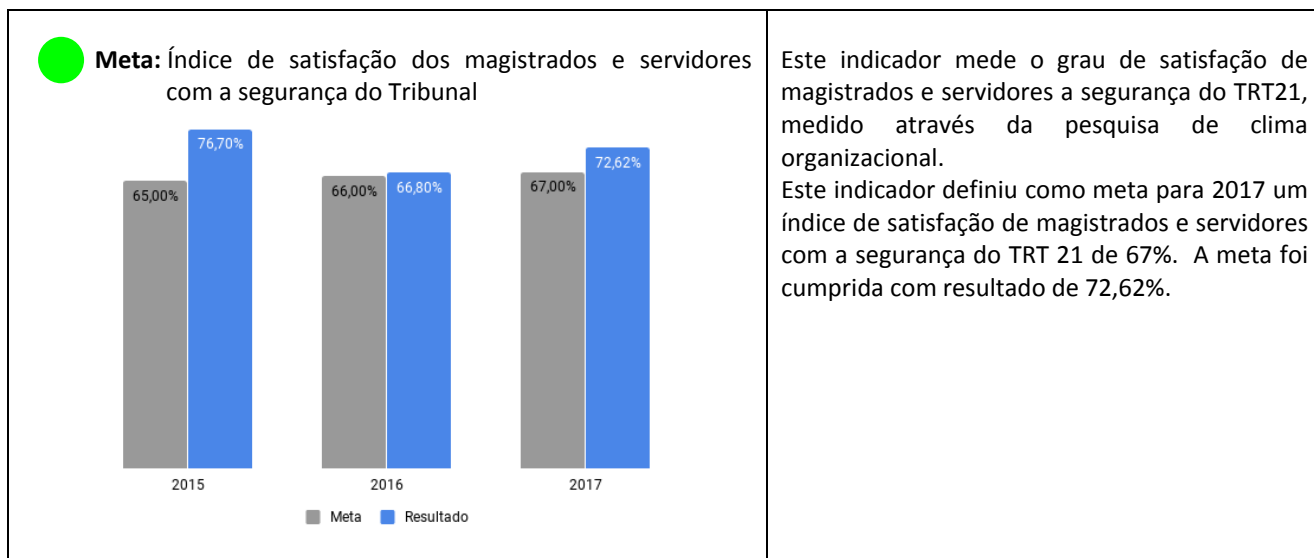


Tema: Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo: Garantir a segurança institucional com infraestrutura adequada (108,0%)

Disponibilizar segurança/infraestrutura de forma equitativa, garantindo sua manutenção e adequação às necessidades de trabalho, objetivando a qualidade de vida e o bem-estar social e é medido pelo indicador 21.

INDICADOR 21 – Índice de satisfação dos magistrados e servidores com a segurança do Tribunal ↑

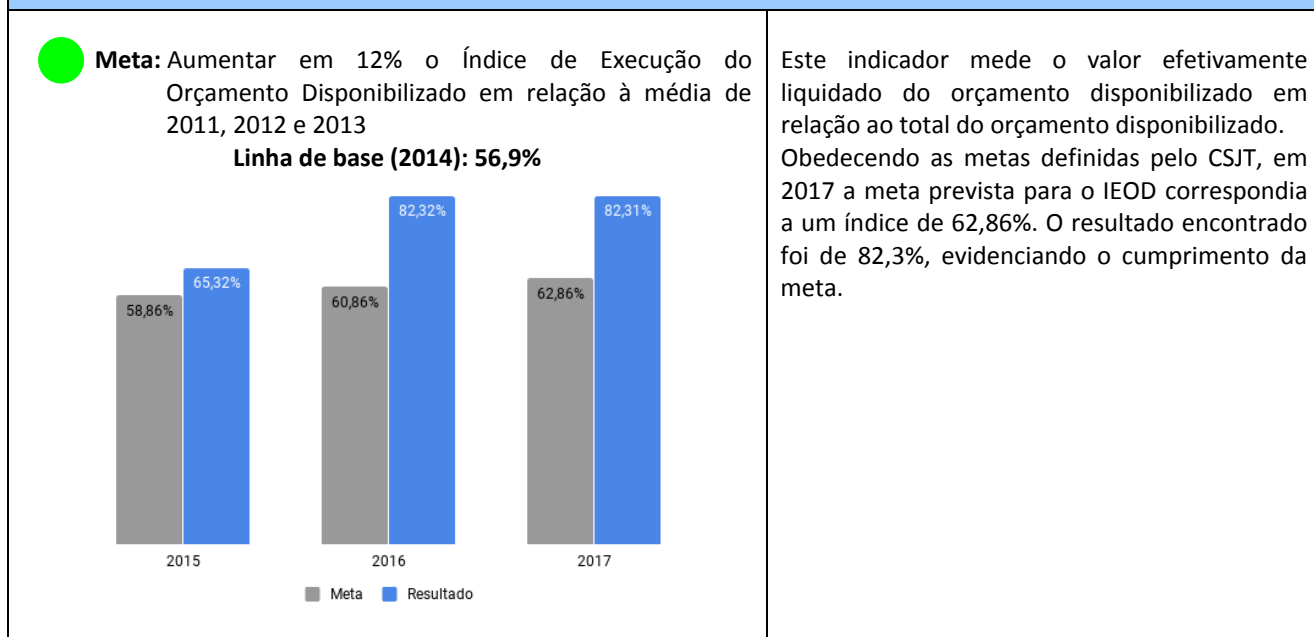


Tema: Orçamento

Objetivo: Garantir os recursos orçamentários e priorizar sua execução na estratégia (119,0%)

Visa promover ações orçamentárias, visando assegurar recursos para alcançar as ações necessárias à execução da estratégia e é medido pelo indicador 22.

INDICADOR 22 – Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD) ↑









4 – Os Projetos





A seguir, listamos os Projetos Estratégicos deste Regional, assim como a situação em que se encontram até a presente data, conforme legenda abaixo.



SITUAÇÃO DO PROJETO

 Concluído	 No prazo	 Em atraso	 Não iniciado
---	--	---	--

PORTFÓLIO DE PROJETOS

PROJETO/SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
<p>1. Programa de Monitoramento e Avaliação do Desempenho Operacional (1º Grau)</p> <p></p>	<p>O Programa de Monitoramento e Avaliação de Desempenho das Varas do Trabalho foi regulamentado por meio do Ato TRT-GP nº 91/2015. Trata-se de um programa que mede mensalmente o desempenho das unidades judiciárias de primeiro grau e se relaciona diretamente com a quantidade de baixa de processos nas fases de conhecimento e execução, tomando como base o grau de cumprimento da Meta nº 1 do CNJ para 2015 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente); taxa de congestionamento na fase de conhecimento e taxa de congestionamento na fase de execução. A iniciativa também permite que os integrantes de cada setor possam ter uma melhor percepção dos níveis de produtividade atuais, e assim unam esforços com foco no aprimoramento contínuo dos serviços prestados. O programa conduz à melhoria do Índice de Produtividade Comparada da Justiça – IPC-Jus. Esta variável se constitui no principal critério (objetivo) para a análise de projetos de criação de cargos, funções e unidades judiciárias, conforme dispõe o artigo 5º da Resolução CNJ nº 184/2013.</p>
<p>2. Criação de unidade de inteligência para atuar na execução</p> <p></p>	<p>O Grupo de Apoio à Execução (GAEX) foi criado com o objetivo de reduzir o número de processos na fase de execução. Composto por um juiz do Trabalho Substituto e servidores do quadro permanente do Tribunal, o GAEX é um grupo móvel, de caráter transitório e excepcional, destinado a auxiliar as unidades judiciárias de primeiro grau nos processos em fase de cumprimento de sentença e execução.</p>
<p>3. Manual Eletrônico de Boas Práticas</p> <p></p>	<p>Este manual tem como objetivo difundir entre as varas do trabalho do TRT 21 as boas práticas utilizadas para otimizar o trabalho de cada unidade.</p>
<p>4. Plano de Logística Sustentável do TRT21</p> <p></p>	<p>O PLS-TRT21 foi aprovado pelo Tribunal Pleno no dia 31/03/2016. Trata-se de uma ferramenta do Planejamento Estratégico voltada ao aperfeiçoamento contínuo da gestão dos gastos e consumos dos órgãos, que permite estabelecer e acompanhar suas práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade com vistas à maior eficiência dos gastos públicos e da gestão dos processos de trabalho..</p>
<p>5. Plano de Comunicação Institucional</p> <p></p>	<p>O Plano de Comunicação Institucional do TRT21 foi aprovado no dia 04/04/2016 através da Portaria nº 116/2016. O documento foi elaborado pela equipe de servidores da Seção de Comunicação Social do TRT-RN, com apoio da Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica e está alinhado com as metas definidas pelo Plano Estratégico da Justiça do Trabalho e com as Resoluções do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regulamentam o Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho e a Política de Comunicação do Poder Judiciário. Quatro diretrizes orientam o Plano de Comunicação Institucional do TRT-RN: Fortalecimento e defesa da imagem, Unicidade do discurso, Qualificação da informação e Participação interna.</p>
<p>6. Manual de Atribuições do TRT21</p> <p></p>	<p>Com o objetivo de estabelecer as atribuições setoriais das unidades administrativas e judiciais da Justiça do Trabalho da 21ª Região, compilando em um único documento os diversos Atos da Presidência que dispõem sobre</p>

PROJETO/SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>as competências específicas de cada setor, o Manual de Atribuições Setoriais do TRT 21 foi aprovado no dia 09/11/2015 através do Ato TRT-GP nº. 674/2015. Além de complementar o Regulamento Geral do TRT21, o manual dá publicidade às atribuições setoriais e serve como um referencial formal para o trabalho de gestão de pessoas por competência entre outros projetos desenvolvidos pelo TRT da 21ª Região.</p>
<p>7. Gestão de Pessoas por Competências</p> 	<p>Em 2016, o projeto Gestão de Pessoas por Competência cumpriu as etapas de definição do modelo conceitual, de sensibilização e divulgação para os ocupantes de postos de trabalho de nível gerencial e de mapeamento das competências dos postos de trabalho de nível gerencial. Na etapa de mapeamento, além das formulação das matrizes de competências dos postos de trabalho de nível gerencial (falta apenas a formatação final), foram elaborados os seguintes inventários que auxiliarão nas próximas etapas de mapeamento (demais postos de trabalho): de Conhecimento, de Habilidades e de Atitudes. Os inventários catalogam os Conhecimentos, Habilidades e Atitudes colhidas na formulação de cada matriz de competência de cada posto de trabalho.</p>
<p>8. Plano Estratégico de TIC (PETIC)</p> 	<p>Aprovação, através de Ato da Presidência do Tribunal, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2015 que define as ações, os investimentos e os projetos prioritários que serão implementados ao longo do ano na área de Tecnologia da Informação do tribunal. A prioridade do TRT21 na área de TI será o Processo Judicial Eletrônico (PJe) e as ações envolvem investimentos na expansão e consolidação da estrutura de armazenamento de dados, na ampliação da rede interna e do acesso à internet, além da capacitação de magistrados, servidores e advogados para operar as inovações introduzidas no sistema.</p>
<p>9. Plano de Segurança Institucional</p> 	<p>O Plano de Segurança Institucional do TRT da 21ª Região foi aprovado no dia 08/09/2016, através da Resolução 17/2016. O Plano de Segurança Institucional estabelece normas de segurança e controle de acesso às unidades do TRT 21, cria, organiza e disciplina o funcionamento da Comissão Permanente de Segurança Institucional (CPSI), a Central de Monitoramento e Segurança Institucional (CMSI) e o Grupo Tático Móvel (GTM). O plano prevê a realização de uma série de ações e de obras para garantir a segurança de todos os que trabalham e freqüentam o edifício-sede e para as Varas do Trabalho da capital e do interior.</p>
<p>10. Plano de Gestão Orçamentária</p> 	<p>A Coordenadoria de Orçamento e Finanças deste Regional, está elaborando o projeto estratégico "Plano de Gestão Orçamentária" cujo objetivo é desenvolver uma política direcionada à alocação de recursos e ao acompanhamento da proposta orçamentária prévia, junto ao CSJT, bem como estabelecer uma metodologia para levantamento de necessidades de abertura de créditos adicionais e, ainda, aperfeiçoamento no processo de execução orçamentária.</p>
<p>11. Mapeamento e Modelagem de Processos</p> 	<p>O mapeamento tornará um importante instrumento de gestão que permitirá uma visão sistêmica e abrangente dos fluxos de trabalho, da utilização de recursos, das informações e das relações entre todas as unidades do TRT21. Com os processos de trabalho mapeados, será possível identificar os obstáculos das atividades não agregadoras, possibilitando assim tomadas de decisão gerencial para o aumento de eficiência e a redução dos custos. A modelagem dos processos contribuirá para aperfeiçoar o trabalho, fazendo com que os servidores repensem as ações aplicadas em cada processo, procurando alcançar melhorias significativas em aspectos como custos, qualidade, atendimento e velocidade.</p>

PROJETO/SITUAÇÃO	OBSERVAÇÕES
<p>12. Alinhamento e Desdobramento da Estratégia</p> 	<p>Este Projeto visa disseminar o conhecimento sobre o Planejamento Estratégico 2015-2020 em todas as unidades do TRT21, bem como estimular a participação de magistrados e servidores na execução e acompanhamento da estratégia institucional.</p> <p>Para dar andamento ao projeto, a Seplan realizou quatro oficinas. A primeira contou com a participação dos gestores das unidades administrativas, a segunda Oficina foi dirigida para representantes das Varas do Trabalho, a terceira, foi dirigida para representantes dos gabinetes de desembargadores e turmas de julgamento e a última contou com a presença dos diretores das Varas do Trabalho do Interior. Desse modo, todas as unidades do Tribunal foram contempladas. Para realização das oficinas, a Seplan utilizou a metodologia de "Desdobramento da Estratégia por Meio de Mapas de Contribuição", que foi aprovada pela Portaria da Presidência nº 267/2016. Essa metodologia permite a identificação e visualização, de forma clara e direta, das contribuições de cada unidade para o alcance dos objetivos estratégicos do TRT da 21ª Região.</p>
<p>13. Aquisição de Solução de Tecnologia da Informação, do tipo Data Discovery</p> 	<p>Trata-se a contratação de uma Solução de Tecnologia da Informação, do tipo Data Discovery, incluindo o fornecimento de licenças de software e serviços de implantação, suporte técnico e atualização de versão, treinamento e de suporte especializado, além de consultoria técnica.</p> <p>Em junho de 2016, a Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica apresentou a primeira versão de uma nova ferramenta de gestão baseada em solução para BI (Business Intelligence). O novo sistema foi denominado de Apoema que na língua tupi-guarani significa aquele que enxerga ao longe.</p> <p>Cumprindo o cronograma de implantação do Sistema Apoema, foram realizadas três oficinas para os gestores do TRT 21 sobre as funcionalidades dessa nova ferramenta que possibilitará a verificação de dados e informações colhidas nos diversos sistemas de informações disponíveis na Justiça do Trabalho de forma rápida e intuitiva.</p> <p>Em dezembro de 2016, foi finalizada a contratação da Solução de Tecnologia da Informação, do tipo Data Discovery, incluindo o fornecimento de licenças de software e serviços de implantação, suporte técnico e atualização de versão, treinamento e de suporte especializado, além de consultoria técnica através da adesão a atas de registro de preço.</p>

5 – Considerações Finais

O desempenho do terceiro ano do ciclo de planejamento estratégico 2015-2020 foi de 94,9% dos objetivos estratégicos cumpridos, resultado superior ao ano de 2016 que foi de 60%. O grau de cumprimento dos objetivos estratégicos é obtido a partir da média aritmética dos indicadores que compõem cada objetivo.

Os indicadores, por sua vez, apontaram um desempenho de 94,4 % - resultado superior ao exercício de 2016 que obteve 68,2% de cumprimento.

O quadro a seguir apresenta o grau de cumprimento dos objetivos estratégicos e dos seus respectivos indicadores.

Desempenho dos Objetivos Estratégicos X Indicadores em 2017

TEMA/OBJETIVO/INDICADOR	METAS		
	Meta prevista	Resultado encontrado	% de cumprimento
TEMA: EFETIVIDADE			
Objetivo: Promover a efetividade no cumprimento das decisões - Média de execução: 84,2%			
1. Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento (1º. grau)	31,9%	35,0%	90,3%
2. Taxa de congestionamento na fase de execução 1º grau	62,7%	61,0%	102,7%
3. Taxa de congestionamento no 2º grau	32,5%	45,6%	59,7%
TEMA: Responsabilidade Socioambiental			
Objetivo: Promover, ampliar e fortalecer a responsabilidade socioambiental - Média de execução: 129,3%			
4. Redução do consumo de água	2%	21,9%	120,3%
5. Redução do consumo de energia elétrica	2%	13,9%	112,2%
6. Redução do consumo de papel	2%	56,0%	155,3%
TEMA: Atuação Institucional			
Objetivo: Aperfeiçoar a comunicação com o público interno e externo - Média de execução: 91,4%			
7. Índice de satisfação do público interno com a comunicação	66%	61,0%	93,1%
8. Índice de satisfação do usuário externo com a comunicação	66%	59,2%	89,7%
TEMA: EFICIÊNCIA OPERACIONAL			
Objetivo: Priorizar a movimentação processual célere e transparente - Média de execução: 77,0%			
9. TMDP1c-Tempo Médio de Duração do Processo-Fase de conhecimento-1ª instância.	2%	10,9%	108,9%
10. TMDP2 -Tempo Médio de Duração do Processo - 2ª instância	2%	10,6%	106,7%
11. TMDPe -Tempo Médio de Duração do Processo -fase de execução	2%	1,9%	99,9%
Objetivo: Racionalizar rotinas, visando o ganho de produtividade - Média de execução: 77,0%			
12. Índice de processos baixados por magistrado (1ºGrau)	15%	14,2%	99,3%
13. Índice de processos baixados por magistrado (2ºGrau)	15%	22,4%	106,4%
14. Índice de processos mapeados nos setores de apoio administrativo	65%	16,4%	25,2%

TEMA: GESTÃO DE PESSOAS			
Objetivo: Implementar a gestão de pessoas por competências - Média de execução: 21,8%			
15. Índice de mapeamento das competências dos cargos e funções	40,0%	17,4%	43,6%
16. Índice de desenvolvimento individual dos gestores do TRT21	20%	0%	0%
Objetivo: Promover a melhoria da qualidade de vida - Média de execução: 112,0%			
17. Índice do clima organizacional	72,0%	78,0%	108,3%
18. Índice de absenteísmo	5,3%	3,8%	127,5%
19. iGovPessoas	Inicial	Inicial	100%
Objetivo: Aprimorar a infraestrutura e a governança de TIC - Média de execução: 100%			
20. iGovTI	Intermediário	Intermediário	100%
Objetivo: Garantir a segurança institucional com infraestrutura adequada - Média de execução: 108,4%			
21. Índice de satisfação dos magistrados e servidores com a segurança do Tribunal	67,0%	72,6%	108,4%
TEMA: ORÇAMENTO			
Objetivo: Garantir os recursos orçamentários e priorizar sua execução na estratégia - Média de execução: 119,3%			
22. Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)	69,0%	82,3%	119,3%

Legenda		
≥ 100%	≥ 90% < 100	< 90%

Observando os resultados acima, pode-se concluir que dos três objetivos cujo desempenho não foi suficiente para cumprir as metas estabelecidas, dois estão relacionados com a área fim. São eles: Promover a efetividade no cumprimento das decisões e Racionalizar rotinas, visando o ganho de produtividade.

Em suma, conhecemos as nossas forças e fraquezas e encaramos o planejamento estratégico não só como um processo de aprendizado, mas também como um grande desafio no sentido de instituir uma nova cultura de gestão pautada na continuidade gerencial e na avaliação de resultados, traduzidos em metas.